STJ00115297

Paulo de Barros Carvalho

Professor Emérito e Titular da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP
Professor Emérito e Titular da Universidade de São Paulo-USP
Membro titular da Academia Brasileira de Filosofia

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

32ª edição revista e atualizada

2022

editora e livraria
NOESES

STJ00115297

1224167

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C327c
32. ed.

Carvalho, Paulo de Barros
Curso de direito tributário / Paulo de Barros Carvalho. - 32. ed., rev. - São Paulo : Noeses, 2022.

704 p. ; 23 cm.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89888-55-0

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

22-78696 CDU: 34:351.713(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

STJ00115297

SUMÁRIO

Apontamentos sobre a 32ª edição VII
Nota à 31ª Edição IX
Prefácio à 29ª Edição..... XI
Prefácio à 28ª Edição..... XIII
Prefácio à 26ª Edição..... XVII
Prefácio à 25ª Edição..... XXI
Prefácio à 14ª Edição XXIII
Prefácio à 13ª Edição..... XXV
Prefácio à 7ª Edição..... XXVII
Prefácio à 4ª Edição..... XXIX
Plano da Obra..... XXXI
INTRODUÇÃO 1

Capítulo I

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito 5
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista 8
3. Texto de direito positivo e norma jurídica 11

STJ00115297

4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito 14

5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito 15

6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia 17

7. Outras denominações da disciplina 20

Capítulo II

TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo "tributo" 23

2. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional 27

3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo 31

4. O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação 32

5. Empréstimo compulsório 34

6. O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado 37

7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia 41

8. Contribuição de melhoria 43

9. Das contribuições 45

Capítulo III

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito 49

STJ00115297

2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito 56
3. A doutrina..... 57
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários..... 58
5. Instrumentos primários..... 60
6. Instrumentos secundários..... 76
7. Vício formal e vício material 79
8. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional..... 81

Capítulo IV

VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas 85
2. A questão da vigência..... 88
3. A vigência das normas tributárias no tempo 91
4. A vigência das normas tributárias no espaço 92
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas..... 93
6. Aplicação das normas tributárias..... 95
7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade 97
8. Métodos de interpretação do direito – a interpretação sistemática 99
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem 103
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional..... 105

STJ00115297

11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso 112

12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade 135

Capítulo V

SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Noção de sistema 139

2. Classificação dos sistemas 142

3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem 144

4. Direito positivo: ordenamento ou sistema? 148

5. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria autopoiética do direito 150

6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser 154

7. Regras de comportamento e regras de estrutura ... 155

8. Sistema constitucional brasileiro 157

9. O subsistema constitucional tributário 158

10. Princípios constitucionais gerais 160

11. Princípios constitucionais tributários 174

Capítulo VI

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica 189

STJ00115297

2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica 202
3. Paralelo entre imunidade e isenção 205
4. A imunidade recíproca..... 206
5. A imunidade dos templos de qualquer culto 209
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais 210
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão..... 211
8. A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais 212
9. Outras hipóteses de imunidade 213
10. Imunidades de taxas e de contribuições 215

Capítulo VII

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A Lei 5.172/66, em face da Constituição de 1988..... 217
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional..... 218
3. Breve escorço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967 221
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente..... 226
5. O tema da hierarquia da lei complementar..... 228
6. Hierarquia formal e hierarquia material 230
7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário..... 232
8. Conclusões 234

STJ00115297

Capítulo VIII

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa 237
2. Sobre as características da competência tributária 241
3. Competência residual e extraordinária 248
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional 252
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 256
6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias 261
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita 262
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência 264

Capítulo IX

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de "fato puro", "fato contábil" e "fato jurídico" 267
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado "fato gerador" 276
   2.1 A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma 277
3. A expressão equívoca "fato gerador" 280
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário 283

STJ00115297

5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência 284

6. Hipótese — sua integridade conceitual — fatos jurídicos tributários simples e complexos 288

7. Os critérios da hipótese: material, espacial e temporal 291

8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência 302

9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional 307

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A consequência ou "prescritor" da norma tributária — seus critérios 319

2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias..... 321

3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais 326

4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional 329

5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo 334

6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo 337

7. Sujeito passivo e domicílio tributário 339

8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias 342

9. Sujeito passivo e solidariedade 350

STJ00115297

10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária 353
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária 360
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário 362
13. A alíquota 373

Capítulo XI

SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva 377
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos 379
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro 381

Capítulo XII

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — "fato" como enunciado protocolar — a constituição jurídica do "fato" 390
2. O evento previsto em norma e a chamada "relação jurídica efectual" 395
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional 397
4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação 399
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional 400
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência 403

7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária 404

8. Lançamento tributário — o problema semântico ... 406

9. Demarcação conceitual do vocábulo "lançamento" 411

10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato .. 419

11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos..... 423

12. Definição de lançamento tributário 424

13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato 434

14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo 437

15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário 439

16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento..... 443

17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento. 444

18. Lançamento provisório e definitivo 446

19. Lançamento e auto de infração 448

20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário..... 450

21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro 453

22. Modalidades de lançamento — crítica..... 459

23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional. 461

24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo 466

25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo..... 469

STJ00115297

Capítulo XIII

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito..... 471
2. As hipóteses do art. 151 da Lei 5.172/66..... 472
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 473
4. O depósito do montante integral do crédito..... 478
5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 478
6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança..... 479
7. A concessão de tutela de urgência ou de evidência, medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial..... 480
8. O parcelamento..... 481

Capítulo XIV

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas 483
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional..... 485
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional... 486
4. Pagamento e pagamento indevido..... 487
5. Compensação 495
6. Transação 496
7. Remissão..... 497

STJ00115297

8. Decadência 498
9. Prescrição 503
10. Conversão de depósito em renda 510
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento 510
12. A consignação em pagamento 513
13. A decisão administrativa irreformável 514
14. A decisão judicial passada em julgado 515
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei 516

Capítulo XV

"EXCLUSÃO DO CRÉDITO" TRIBUTÁRIO

1. O significado da "exclusão do crédito" e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional 517
2. Crítica às teorias sobre a isenção 519
3. Fenomenologia das isenções tributárias 524
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional 532
5. Conceito jurídico de anistia fiscal 536
6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia 537
7. Considerações finais 538

Capítulo XVI

INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Direito e coatividade 541

STJ00115297

2. Sanção — acepções da palavra 543
3. Algumas palavras sobre a norma secundária 544
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção 548
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante 550
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória 550
7. Espécies de infrações tributárias 551
8. As figuras do "abuso de direito" e da "fraude à lei" no ordenamento jurídico tributário brasileiro 557
9. As infrações no Código Tributário Nacional 560
10. A sanção como consequente normativo 570
11. Espécies de sanções tributárias 571
12. Os excessos sancionatórios 582
13. Responsabilidade dos sucessores 584
14. Responsabilidade de terceiros 592
15. Responsabilidade por infrações 598
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea 599

Capítulo XVII

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário 605
2. Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei 606

STJ00115297

3. Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário 611
4. Presunção de fraude na alienação de bens 615
5. Os privilégios do crédito tributário 617
6. O crédito tributário nos processos de falência do devedor 619
7. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas 621
8. Necessidade de quitação 622

Capítulo XVIII

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei 625
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias 626
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública 630
4. Dívida ativa 633
5. Certidões negativas 635

REFERÊNCIAS 641